

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020



24 | FEV | 2022

## Conteúdo

• <b>RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>3</b>
• <b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>5</b>
○ ATIVO/PASSIVO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
• <b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>10</b>
• <b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>25</b>

## Relatório de Administração

A **ACCREDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Sociedade”) tem por objeto a originação de operações de crédito voltadas ao atendimento das necessidades dos microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, provendo-lhes capacidade financeira para o desenvolvimento e consolidação de suas atividades para aumentar a sustentabilidade para os pequenos negócios. Tem como meta, propiciar maior acesso e melhor fluidez do crédito, contribuindo para a elevação do nível de concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Outro diferencial relevante é a desburocratização da concessão do crédito, pois toda a solicitação de empréstimo e acompanhamento das etapas de processamento da operação é feita pelo interessado, por intermédio de plataforma eletrônica (*Web*), utilizando-se smartphones, tablets ou computadores. A automação de todo o processo, inclusive a ferramenta de aprovação de crédito, permite aumento significativo na escala dos negócios, condição considerada de grande relevância quando confrontado com nosso público-alvo.

No exercício de 2021 e até esta data, desenvolveu e implementou os seguintes produtos financeiros:

- a) em janeiro de 2021, lançamento da linha de Financiamento para Investimento Fixo;
- b) em março de 2021, lançamento do Programa ACCREDITO Mulher Empreendedora, linha de crédito para mulheres formalizadas como Microempreendedores Individuais;
- c) em junho de 2021, lançamento das maquininhas (POS), modelos ACCREDITO MAX e ACCREDITO LIT, para atender o mercado, com condições de taxas de captura no débito e no crédito mais competitivas;
- d) em julho de 2021, lançamento do produto Desconto de Duplicatas, voltado para atender as pequenas indústrias e fábricas que operam com duplicatas;
- e) em agosto de 2021, lançamento do produto Antecipação de Recebíveis de Cartão de Crédito, totalmente alinhado com o novo Arranjo de Pagamentos instituído pelo BC, por intermédio da Resolução nº 4.734 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.952/19 do Banco Central do Brasil; e,
- f) em janeiro de 2022 iniciou a operação de emissão de moeda eletrônica (conta digital).

A Sociedade gerou empregos, possuindo 21 empregados em 31 de dezembro de 2021 (17 empregados em 30 de junho de 2021 e 11 empregados em 31 de dezembro de 2020) e contribuiu no exercício de 2021 com os seguintes valores:

Rubricas	R\$ mil
Salários, honorários da diretoria e outros proventos	2.975
Encargos sociais	816
Benefícios e treinamento a empregados	604
Impostos sobre receitas	269

A Sociedade também reteve e arrecadou impostos federais na fonte sobre os pagamentos realizados e liberações de operações de crédito no montante de R\$ 1.021 no exercício de 2021 (R\$ 420 no segundo semestre de 2021).

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

**A Diretoria**

## Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de reais

### 1. ATIVO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota explicativa	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>60.557</b>	<b>71.539</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>3</b>	<b>1.250</b>	<b>-</b>
Aplicações no mercado aberto		1.250	-
<b>Instrumentos financeiros e</b>			
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>44.887</b>	<b>71.116</b>
Carteira própria	4	44.887	71.116
<b>Operações de crédito</b>		<b>13.986</b>	<b>216</b>
Operações de crédito	5	15.839	217
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(1.853)	(1)
<b>Outros créditos</b>	<b>6</b>	<b>400</b>	<b>189</b>
Impostos e contribuições a compensar		326	162
Outros		74	27
<b>Outros valores e bens</b>		<b>33</b>	<b>17</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.128</b>	<b>1.172</b>
<b>Operações de crédito</b>		<b>5.680</b>	<b>222</b>
Operações de crédito	5	6.072	223
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(392)	(1)
<b>Permanente</b>		<b>1.448</b>	<b>950</b>
Imobilizado de uso	7	369	336
Intangível	8	1.079	614
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>67.685</b>	<b>72.711</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 2. PASSIVO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota explicativa	2021	2020
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>757</b>	<b>342</b>
Obrigações por cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	-
Obrigações fiscais correntes e diferidas	9	<u>229</u>	<u>132</u>
Fiscais e previdenciárias		229	132
Provisões	10	<u>526</u>	<u>210</u>
Provisão para pagamentos a efetuar		497	202
Outras		29	8
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>66.928</b>	<b>72.369</b>
Capital social	11	75.000	75.000
Outros resultados abrangentes	11	(1)	(189)
Prejuízos acumulados		(8.071)	(2.442)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>67.685</u></u>	<u><u>72.711</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo 31 de dezembro de 2021, exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020

	Nota explicativa	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>3.713</b>	<b>5.083</b>	<b>992</b>
Rendas de operações de crédito		2.211	3.179	12
Rendas com títulos e valores mobiliários		1.502	1.904	980
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(2.120)</b>	<b>(2.243)</b>	<b>(2)</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.120)	(2.243)	(2)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.593</b>	<b>2.840</b>	<b>990</b>
<b>Outras receitas / (despesas) operacionais</b>		<b>(4.567)</b>	<b>(8.469)</b>	<b>(3.432)</b>
Rendas de prestação de serviços		23	72	2
Outras receitas operacionais		-	1	1
(-) Despesas de pessoal	12	(2.332)	(4.395)	(2.131)
(-) Outras despesas administrativas	13	(1.975)	(3.604)	(1.237)
(-) Despesas tributárias		(178)	(269)	(48)
(-) Despesas com depreciações		(98)	(187)	(18)
(-) Outras despesas operacionais		(7)	(87)	(1)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(2.974)</b>	<b>(5.629)</b>	<b>(2.442)</b>
<b>Prejuízo do semestre / exercício / período</b>		<b>(2.974)</b>	<b>(5.629)</b>	<b>(2.442)</b>
<b>Prejuízo por ação – em Reais</b>		<b>(40)</b>	<b>(75)</b>	<b>(33)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo 31 de dezembro de 2021, exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020

	Nota explicativa	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020
<b>Prejuízo do semestre / exercício / período</b>		<b>(2.974)</b>	<b>(5.628)</b>	<b>(2.442)</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
Ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	11.b	5	188	-189
<b>Resultado abrangente do semestre / exercício / período</b>		<b>(2.969)</b>	<b>(5.440)</b>	<b>(2.631)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo 31 de dezembro de 2021, exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020

	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de julho de 2021</b>	<b>75.000</b>	<b>(6)</b>	<b>(5.097)</b>	<b>69.897</b>
Ajustes a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	5	-	5
Prejuízo do semestre	-	-	(2.974)	(2.974)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>75.000</b>	<b>(1)</b>	<b>(8.071)</b>	<b>66.928</b>
<b>Mutação do semestre</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>(2.974)</b>	<b>(2.969)</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>75.000</b>	<b>(189)</b>	<b>(2.442)</b>	<b>72.369</b>
Ajustes a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	188	-	188
Prejuízo do exercício	-	-	(5.629)	(5.629)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>75.000</b>	<b>(1)</b>	<b>(8.071)</b>	<b>66.928</b>
<b>Mutação do exercício</b>	<b>-</b>	<b>188</b>	<b>(5.629)</b>	<b>(5.441)</b>
<b>Saldo em 14 de julho de 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Integralização do capital social	75.000	-	-	75.000
Ajustes a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	(189)	-	(189)
Prejuízo do período	-	-	(2.442)	(2.442)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>75.000</b>	<b>(189)</b>	<b>(2.442)</b>	<b>72.369</b>
<b>Mutação do período</b>	<b>75.000</b>	<b>(189)</b>	<b>(2.442)</b>	<b>72.369</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Semestre findo 31 de dezembro de 2021, exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020

	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020
<b>Prejuízo do semestre / exercício / período</b>	<b>(2.974)</b>	<b>(5.629)</b>	<b>(2.442)</b>
Ajustes ao prejuízo do período que não implicam em caixa:			
Despesas de depreciação	98	187	18
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	5	188	(189)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.120	2.242	2
<b>Prejuízo ajustado</b>	<b>(751)</b>	<b>(3.012)</b>	<b>(2.611)</b>
Variações nos ativos e passivos:			
Instrumentos financeiros – títulos e valores mobiliários	4.983	26.229	(71.116)
Operações de crédito	(3.560)	(21.471)	(440)
Outros créditos	(251)	(211)	(189)
Outros valores e bens	53	(16)	(17)
Obrigações por cobrança e arrecadação de tributos	(1)	2	-
Obrigações fiscais e previdenciárias	79	97	132
Outras obrigações diversas	21	316	210
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>573</b>	<b>1.934</b>	<b>74.031</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizações	(65)	(88)	(354)
Aquisição de ativos intangíveis	(257)	(596)	(614)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(322)</b>	<b>(684)</b>	<b>(968)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aquisição de imobilizações			
Integralização do capital social	-	-	75.000
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>75.000</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>251</b>	<b>1.250</b>	<b>1</b>
Saldo inicial de disponibilidades	1.000	1	
Saldo final de disponibilidades	1.251	1.251	1
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>251</b>	<b>1.250</b>	<b>1</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 1. Contexto operacional

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo – SP, na Rua Boa Vista, 43 – Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios e a emissão de moedas eletrônicas, nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Sociedade realiza atividades somente por meio de plataforma eletrônica, sendo vedada a captação de recursos junto ao público, exceto por aumento de capital com emissão de novas ações.

A Sociedade é controlada pela Associação Comercial de São Paulo, que detém 100% das ações, e durante o período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020 esteve em fase pré-operacional preparando a infraestrutura para a realização das operações. No ano de 2020, a Sociedade realizou algumas poucas operações de crédito para teste, avaliação e ajuste dos sistemas. A partir de janeiro de 2021 iniciou efetivamente as atividades operacionais disponibilizando empréstimos e financiamentos em conformidade com sua política de crédito.

### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade.

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo permanente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações contábeis, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência.

Em razão da Sociedade ter sido constituída e ter iniciado suas atividades em 14 de julho de 2020, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentadas para fins de comparação referem-se ao período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2022.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis são os seguintes:

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

▪ Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil. Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

▪ Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Programa de Integração Social – PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas na nota explicativa nº 8.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- **Obrigações legais** - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

As aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 1.250 referem-se à aplicação em Letras do Tesouro Nacional realizada em 30 de dezembro de 2021, com compromisso de revenda para 3 de janeiro de 2022, reconhecida pelo valor da aplicação acrescido do rendimento pro rata.

#### 5. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira Própria:		
Letras Financeiras do Tesouro	6.132	50.498
Certificados de Depósitos Bancários	38.755	20.618
Total	44.887	71.116

Os certificados de depósitos bancários rendem 104% da variação do CDI, e estão livres para resgate imediato.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste Valor de Mercado
<b>Em 31/12/2021</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	01.03.2022	6.133	6.132	1
Certificado Dep. Bancário	16.08.2024	38.755	38.755	-
Total Geral		44.888	44.887	1
Título	Vencimento	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste Valor de Mercado
<b>Em 31/12/2020</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	01.09.2021	25.529	25.513	16
Letras Financeiras do Tesouro	01.09.2025	25.156	24.985	171
Total		50.685	50.498	187
Certificado Depósito Bancário	04.08.2023	528	528	-
Certificado Depósito Bancário	28.08.2023	15.072	15.072	-
Certificado Depósito Bancário	29.09.2023	2.006	2.005	1
Certificado Depósito Bancário	26.10.2023	3.014	3.013	1
Total		20.620	20.618	2
Total Geral		71.305	71.116	189

## 6. Operações de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	14.386	217	5.552	223	19.938	440
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	657	-	520	-	1.177	-
Aquisição de Direitos Creditórios -Jurídica	796	-	-	-	796	-
<b>Total</b>	<b>15.839</b>	<b>217</b>	<b>6.072</b>	<b>223</b>	<b>21.911</b>	<b>440</b>

### Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(1.786)	(1)	(380)	(1)	(2.166)	(2)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(57)	-	(12)	-	(69)	-
Aquisição de Direitos Creditórios-Jurídica	(10)	-	-	-	(10)	-
<b>Provisão total</b>	<b>(1.853)</b>	<b>(1)</b>	<b>(392)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.245)</b>	<b>(2)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>13.986</b>	<b>216</b>	<b>5.680</b>	<b>222</b>	<b>19.666</b>	<b>438</b>

### Classificação das operações de crédito por nível de risco:

Em 31 de dezembro de 2021:

#### a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro – Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo – PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
A	8.280	217	323	-	407	-	9.010	217
B	1.468	-	186	-	177	-	1.831	-
C	1.331	-	73	-	212	-	1.616	-
D	793	-	7	-	-	-	800	-
E	637	-	13	-	-	-	650	-
F	434	-	15	-	-	-	449	-
G	802	-	-	-	-	-	802	-
H	641	-	40	-	-	-	681	-
<b>Total</b>	<b>14.386</b>	<b>217</b>	<b>657</b>	<b>-</b>	<b>796</b>	<b>-</b>	<b>15.839</b>	<b>217</b>

b) Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro – Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo – PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
A	3.563	223	259	-	-	-	3.822	223
B	707	-	198	-	-	-	905	-
C	528	-	53	-	-	-	581	-
D	259	-	3	-	-	-	262	-
E	130	-	-	-	-	-	130	-
F	87	-	1	-	-	-	88	-
G	158	-	-	-	-	-	158	-
H	120	-	6	-	-	-	126	-
<b>Total</b>	<b>5.552</b>	<b>223</b>	<b>520</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.072</b>	<b>223</b>

c) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro – Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo – PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
A	11.843	440	582	-	407	-	12.832	440
B	2.175	-	384	-	177	-	2.736	-
C	1.859	-	126	-	212	-	2.197	-
D	1.052	-	10	-	-	-	1.062	-
E	767	-	12	-	-	-	779	-
F	521	-	17	-	-	-	538	-
G	960	-	-	-	-	-	960	-
H	761	-	46	-	-	-	807	-
<b>Total</b>	<b>19.938</b>	<b>440</b>	<b>1.177</b>	<b>-</b>	<b>796</b>	<b>-</b>	<b>21.911</b>	<b>440</b>

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2021			31/12/2020		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	11.843	0,5%	59	440	0,5%	2
B	2.175	1%	22	-	1%	-
C	1.859	3%	56	-	3%	-
D	1.052	10%	105	-	10%	-
E	767	30%	230	-	30%	-
F	521	50%	261	-	50%	-
G	960	70%	672	-	70%	-
H	761	100%	761	-	100%	-
<b>Total</b>	<b>19.938</b>		<b>2.166</b>	<b>440</b>		<b>2</b>

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2021			31/12/2020		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	582	0,5%	3	-	0,5%	-
B	384	1%	4	-	1%	-
C	126	3%	4	-	3%	-
D	10	10%	1	-	10%	-
E	12	30%	3	-	30%	-
F	17	50%	8	-	50%	-
G	-	70%	-	-	70%	-
H	46	100%	46	-	100%	-
Total	1.177		69	-		-

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2021			31/12/2020		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	407	0,5%	2	-	0,5%	-
B	177	1%	2	-	1%	-
C	212	3%	6	-	3%	-
D	-	10%	-	-	10%	-
E	-	30%	-	-	30%	-
F	-	50%	-	-	50%	-
G	-	70%	-	-	70%	-
H	-	100%	-	-	100%	-
Total	796		10	-		-

**Concentração das operações de crédito:**

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos de capital de giro – Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	31	27	0,2%	6,25%
Maior devedor	87	50	0,4%	11,4%
Menor devedor	1	5	0,1%	1,1%
Financiamentos de capital fixo PJ:				
Saldo médio dos contratos	31	-	2,6%	-
Maior devedor	104	-	8,8%	-
Menor devedor	2	-	0,2%	-
Aquisição direitos creditórios PJ:				
Saldo médio dos contratos	99	-	12,5%	-
Maior devedor	212	-	26,6%	-
Menor devedor	13	-	1,6%	-



### Concentração por quantidade de clientes

10 maiores devedores	1.238	5,65%
20 maiores devedores	2.089	9,53%
50 maiores devedores	4.602	21,00%
100 maiores devedores	8.512	38,85%

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 80 e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 100. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 28 de dezembro de 2024.

### Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

Em 31/12/2021 Em 31/12/2020	Empréstimos de Capital de Giro 2021	Empréstimos de Capital de Giro 2020	Financiamentos de Capital Fixo 2021	Financiamentos de Capital Fixo 2020	Aquisição de Direitos Creditórios 2021	Aquisição de Direitos Creditórios 2020	Total 2021	Total 2020
<b>Vencidas:</b>								
Mais de 180 dias	17	-	-	-	-	-	17	-
De 91 a 180 dias	167	-	5	-	-	-	172	-
De 61 a 90 dias	150	-	6	-	-	-	156	-
De 31 a 60 dias	249	-	10	-	78	-	337	-
Até 30 dias	427	-	21	-	137	-	585	-
<b>Total Vencido</b>	<b>1.010</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>215</b>	<b>-</b>	<b>1.267</b>	<b>-</b>
<b>A vencer:</b>								
Até 30 dias	1.213	7	33	-	325	-	1.571	7
De 31 a 60 dias	1.138	8	58	-	170	-	1.366	8
De 61 a 90 dias	1.097	8	49	-	63	-	1.209	8
De 91 a 180 dias	3.347	39	167	-	23	-	3.537	39
De 181 a 365 dias	6.581	155	308	-	-	-	6.889	155
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>14.386</b>	<b>217</b>	<b>657</b>	<b>-</b>	<b>796</b>	<b>-</b>	<b>15.839</b>	<b>217</b>
De 366 a 540 dias	4.255	124	218	-	-	-	4.473	124
De 541 e 720 dias	1.088	99	180	-	-	-	1.268	99
Acima de 720 dias	-	-	-	-	-	-	-	-
	209	-	122	-	-	-	331	-
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>5.552</b>	<b>223</b>	<b>520</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.072</b>	<b>223</b>

**Operações de crédito por atividade econômica:**

Atividade:	31/12/2021	31/12/2020
Comercio	8.986	166
Industria de transformação	2.090	-
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	2.037	196
Atividades administrativas e serviços complementares	1.896	-
Alojamento e alimentação	1.634	-
Construção civil	1.306	35
Transporte e armazenagem	1.039	-
Informação e comunicação	732	5
Outras atividades de serviços	634	31
Educação	592	7
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	299	-
Saúde humana e serviços sociais	230	-
Atividade imobiliária	183	-
Artes, cultura, esporte e recreação	178	-
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	22	-
Eletricidade e gás	9	-
Outras atividades	44	-
<b>Total</b>	<b>21.911</b>	<b>440</b>

Os juros referentes ao segundo semestre de 2021, totalizaram R\$ 2.211, (no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 R\$ 3.178, (R\$ 12 em 2020) e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

**Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

	Semestre findo em 31/12/2021	31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Saldo no início do período	125	2	-
Provisão constituída no semestre	2.120	2.243	2
Saldo final do período	2.245	2.245	2

**7. Outros créditos**

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	326	162
Outros:	74	27
Adiantamentos e antecipações salariais	9	6
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	22	20
Devedores diversos no país	43	1
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>189</b>

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 14 em 31 de dezembro de 2020) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 244 (R\$ 148 em 31 de dezembro de 2020).

8. **Imobilizado de uso**

	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2021	Saldo Líquido em 31/12/2020
Mobiliário	174	10%	(22)	152	165
Equipamento de Processamento de Dados	245	20%	(47)	198	158
Outros equipamentos	23	20%	(4)	19	13
<b>Total</b>	<b>442</b>		<b>(73)</b>	<b>369</b>	<b>336</b>

9. **Intangível**

	Custo de Aquisição	Taxa de amortização	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2021	Saldo Líquido em 31/12/2020
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos	972	10%	48	924	415
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados	239	33,33%	84	155	199
<b>Total</b>	<b>1.211</b>		<b>132</b>	<b>1.079</b>	<b>614</b>

Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

10. **Obrigações fiscais correntes e diferidas**

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a recolher:		
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	8	5
Impostos e contribuições sobre salários	184	116
Outros impostos e contribuições	37	11
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>132</b>

## 11. Provisões

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para pagamentos a efetuar:		
Despesas de pessoal a pagar	189	51
Despesas administrativas a pagar	192	136
Auditoria	35	4
Despesas com publicidade e divulgação	43	10
Despesas comerciais	27	
Outros pagamentos	<u>11</u>	<u>1</u>
Subtotal	497	202
Outras:		
Obrigações por transações de pagamento	-	6
Obrigações por aquisição de bens e direitos	<u>29</u>	<u>2</u>
Subtotal	-	8
Total	<u><u>526</u></u>	<u><u>210</u></u>

A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

## 12. Patrimônio líquido

### a) Capital social

A Sociedade recebeu autorização do Banco Central do Brasil para sua constituição em 6 de julho de 2020, registrando seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14 de julho de 2020. Seu capital social inicial foi de R\$ 50.000, tendo sido integralizado R\$ 25.000 em 21 de janeiro de 2020, por ocasião da assembleia de constituição e R\$ 25.000 em agosto de 2020. O capital social inicial estava representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020 aumentou o capital social em R\$ 25.000 mediante a emissão de mais 25.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas naquela data. O capital social passou para R\$ 75.000 representado por 75.000 ações ordinárias sem valor nominal, e se encontra totalmente integralizado.

### b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. No segundo semestre de 2021 foram revertidos para o resultado R\$ 5, restando R\$ 1 que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2021. No exercício de 2021 a reversão foi de 188 em razão da alienação de títulos no primeiro semestre.

**13. Despesas de pessoal**

	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020
Honorários da diretoria e conselho de administração	749	1.498	1.171
Proventos	807	1.477	423
Encargos sociais	430	816	385
Benefícios	343	600	148
Treinamento	3	4	4
<b>Total</b>	<b>2.332</b>	<b>4.395</b>	<b>2.131</b>

**14. Outras despesas administrativas**

	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2020
Aluguel	60	120	-
Comunicação	16	29	8
Material consumido	10	23	15
Processamento de dados	369	637	185
Promoções e relações públicas	69	76	6
Propaganda e publicidade	522	919	170
Publicações	64	123	86
Serviços do sistema financeiro	442	853	413
Serviços de terceiros	22	44	11
Serviços técnicos especializados	368	733	308
Transporte	10	13	1
Viagens	8	9	2
Outras despesas administrativas	15	25	32
<b>Total</b>	<b>1.975</b>	<b>3.604</b>	<b>1.237</b>

**15. Gerenciamento de riscos**

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- Conselho de Administração: órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.
- Diretoria Executiva: que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;
- Conselho Fiscal: composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

#### **Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

#### **Risco de mercado**

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

#### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado.

A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

#### **Risco socioambiental**

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

#### **Gerenciamento do risco operacional**

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- **Primeira Linha de Defesa:** representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias.
- **Segunda Linha de Defesa:** representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa.
- **Terceira Linha de Defesa:** Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

#### 16. **Transações com partes relacionadas**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 120 (R\$ 60 no segundo semestre de 2021) e reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 24 (R\$ 12 no segundo semestre de 2021). Não existem outras transações com parte relacionada.

#### 17. **Demandas judiciais**

Durante o exercício a Sociedade é autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida.

Há um único processo movido contra a Sociedade referente a questionamento de crédito, cujo montante já foi devidamente baixado no resultado do exercício, gerando uma contingência ativa de aproximadamente R\$ 60 na hipótese de a Sociedade conseguir alterar a decisão judicial, em fase de recurso.

#### 18. **Resultado não recorrente**

No semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 inexistem resultado não recorrente.

#### 19. **Análise de sensibilidade**

Considerando seu perfil, todas as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. A exceção são as operações de crédito contratadas até agosto de 2021, período em que a Sociedade utiliza taxas de juros pré-fixadas. As taxas médias das operações de crédito com taxas pré-fixadas existentes em 31 de dezembro de 2021, era de 1,92% ao mês para os empréstimos de capital de giro e de 1,84% para financiamentos de capital fixo, sendo a posição:

	Saldo em 31/12/2021	Rentabilidade Futura Projetada, até vencimento da operação
Empréstimo de capital de giro	14.907	2.288
Financiamento de capital fixo	987	208

A análise de sensibilidade indica que a Sociedade terá uma rentabilidade inferior a taxa Selic na hipótese daquela taxa superar 25% ao ano, hipótese em que indica uma perda de rentabilidade de aproximadamente R\$ 432 para uma taxa Selic de 30% ao ano e de R\$ 915 para uma taxa Selic de 35% ao ano.

## 20. Outros assuntos

A Sociedade iniciou suas atividades operacionais após a crise provocada pelo Covid19 e adaptou seu plano de negócios aos efeitos daquela situação. Apesar das dificuldades geradas pela crise, a Sociedade cumpriu seus objetivos e conseguiu concluir a implantação de suas atividades, realizando as primeiras operações de crédito a partir de setembro de 2020.

Para aprovação das operações de crédito a Sociedade já considerou os efeitos provocados pela crise da Covid19 na situação econômico-financeira dos mutuários, avaliando a capacidade de pagamento no cenário de crise.

As operações de crédito foram realizadas após a publicação das Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional, que, portanto, não provocaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e no segundo semestre de 2021.

## 21. Eventos subsequentes

Prosseguindo as suas atividades a Sociedade está concluindo a implantação da atividade de emissão de moedas eletrônicas e realização de operações com cartão, atividades que deverão estar disponíveis ainda neste primeiro trimestre de 2022.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**  
LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)  
NILTON MOLINA  
ALFREDO COTAIT NETO  
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

**CONSELHO FISCAL:**  
ANTONIO CARLOS PELA  
RENATO GENNARO  
PAULO ROBERTO PISAURO

**DIRETORIA:**  
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)  
LUIZ NOBORU SETO  
GILBERTO FIORAVANTE

**CONTADOR:**  
WALDIR ANTONIO NICOLETTI  
CRC 1SP113212/O-6



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**Aos Acionistas e Administradores da  
ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A.  
São Paulo - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

**Ismael Nicomedio dos Santos**  
**Contador CRC 1 SP 263668/O-4**

**[www.accredito-scd.com.br](http://www.accredito-scd.com.br)**

Rua Boa Vista, 43

4º andar - Centro

São Paulo/SP - CEP 01014-911

Tel.: +55 11 3188-3410

Ouvidoria 0800 070 7880

De 2ª a 6ª feira (exceto feriados) – das 9h às 12h e das 13h30 às 18h

 [/accreditodigital](https://www.facebook.com/accreditodigital)

 [/accreditodigital](https://www.instagram.com/accreditodigital)

 [/Company/accredito-scd](https://www.linkedin.com/company/accredito-scd)

